



## **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 002/2026**

### **Proc. Administrativo 047/2026**

**DA FINALIDADE:** Inexigibilidade de Licitação

**DO OBJETO:** Contratação por inexigibilidade de licitação para aquisição de sistema apostilado/material didático estruturado, destinado à Educação Infantil (Pré-Escola) e ao 1º ano do Ensino Fundamental, **em cumprimento à Lei Municipal nº 2.729, de 2 de dezembro de 2025**, que institui a Instrução Fônica como diretriz pedagógica obrigatória para o processo de alfabetização na rede municipal.

**DO CONTRATANTE:** **MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS, MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 24.772.287/0001-36, situada na Av. Mato Grosso, 66 NE, Centro.

**DA CONTRATADA:** **MAVIE REPRESENTACOES LTDA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº **45.438.565/0001-93**, estabelecida na Rua Manoel Rodrigues Madeira, nº 41, Bairro Sobradinho, Itaocara - RJ.

**DA JUSTIFICATIVA:** A presente contratação mostra-se necessária e imprescindível para assegurar o cumprimento do dever constitucional do Município de ofertar educação pública de qualidade, bem como para atender, de forma integral, às determinações estabelecidas pela Lei Municipal nº 2.729, de 2 de dezembro de 2025, que institui a Instrução Fônica como diretriz pedagógica obrigatória no processo de alfabetização da rede municipal de ensino;

A implementação efetiva da Instrução Fônica exige a utilização de materiais didáticos estruturados, explícitos e sistemáticos, fundamentados em evidências científicas, capazes de orientar o trabalho pedagógico desde a Educação Infantil (Pré-Escola), com o desenvolvimento das habilidades preditoras da alfabetização, até o 1º ano do Ensino Fundamental, com o ensino organizado e sequencial das correspondências entre fonemas e grafemas;

A ausência de material didático alinhado a tais pressupostos compromete a execução da política pública instituída por lei, caracterizando risco de descumprimento legal e prejuízo ao processo de ensino-aprendizagem;

As unidades escolares da rede municipal demandam, portanto, um sistema apostilado/material didático que assegure padronização metodológica, clareza pedagógica e fidelidade na aplicação da Instrução Fônica, especialmente considerando a diversidade de contextos escolares e o ingresso de novos profissionais na rede;

O material a ser contratado deve servir como instrumento orientador do trabalho docente, garantindo segurança pedagógica, equidade de ensino e condições adequadas para que todos os estudantes alcancem os marcos de aprendizagem definidos na legislação municipal e nos documentos curriculares vigentes;

Após análise técnica criteriosa realizada pela equipe multidisciplinar da Secretaria Municipal de Educação, constatou-se que apenas o material selecionado atende, de forma plena e exclusiva, às exigências legais, pedagógicas e curriculares impostas pela Lei Municipal nº 2.729/2025, pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pelas Diretrizes Curriculares da Rede Municipal de Campo Novo do Parecis. Os demais materiais disponíveis no mercado não apresentam equivalência quanto à



estrutura, à explicitação metodológica e à sistematização necessárias à correta implementação da Instrução Fônica;

Com isso, entende-se que a contratação por inexigibilidade de licitação revela-se necessária para viabilizar a continuidade e a efetividade da política municipal de alfabetização, atender às demandas pedagógicas das unidades escolares, assegurar a legalidade dos atos administrativos e garantir a qualidade do ensino ofertado, portanto. Tal medida se mostra essencial ao interesse público, à eficiência administrativa e ao cumprimento das responsabilidades legais atribuídas ao Município na área da educação.

**ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES:** O valor total da contratação é **R\$ 1.488.669,60** (um milhão quatrocentos e oitenta e oito mil seiscentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos), dos quais estão contemplados os custos detalhados a serem pagos a empresa, conforme determina o artigo 94 § 2 da Lei Federal 14.133/2021.

**DA RELAÇÃO DO ITEM COM QUANTITATIVO E VALOR:**

Nº do Item	Item	Descrição	UND	QTD	Valor	Total
1	55591	MATERIAL DIDÁTICO ? SISTEMA DE ENSINO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL 1º ANO ALFABETIZAÇÃO / PADRÃO. COMPOSTO POR: 4 VOLUMES BIMESTRAIS. ESPIRAL EM PVC, 22,0 X 30,0. OFFSET 4X4, CAPA CARTÃO 300G. PARADIDÁTICO 4 LITERATURAS E LIVRO DO PROFESSOR. INSTRUMENTO AVALIATIVO: CONTEMPLAR 2 (DOIS) SIMULADOS ANUAIS PARA OS COMPONENTES CURRICULARES DE LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA (DE 1º AO 5º ANO), AVALIAÇÕES PROCESSUAIS BIMESTRAIS COM CORREÇÃO AUTOMÁTICA VIA QR CODE, PLATAFORMA DE RESULTADOS E ASSESSORIA PEDAGÓGICA.	un - unidade	1020	592,80	604.656,00



2	55589	SISTEMA ESTRUTURADO DE ENSINO PARA O ENSINO INFANTIL PARA ALUNOS DE 4 ANOS. COMPOSTO POR: 4 LIVROS ANUAIS (1 POR BIMESTRE). ATIVIDADES INTEGRADAS, DATAS COMEMORATIVAS, CARTAZES DE ALFABETO E NUMERAIS, 4 LITERATURAS: CONTOS CLÁSSICOS . ESPIRAL EM PVC. DIMENSÃO (L X A) 31 X 22,5 CM, CAPA CARTÃO 300G, OFFSET 120G 4X4 LITERATURA: 4 CONTOS CLÁSSICOS PARA COMPOR O PROJETO DE LEITURA. MATERIAL PARA O PROFESSOR: MESMO PADRÃO GRÁFICO DO ALUNO, ACRESCIDO DE ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS, SUGESTÕES DE ATIVIDADES.	un - unidade	905	448,80	406.164,00
3	55590	SISTEMA ESTRUTURADO DE ENSINO PARA O ENSINO INFANTIL PARA ALUNOS DE 5 ANOS. COMPOSTO POR: 4 LIVROS ANUAIS (1 POR BIMESTRE). ATIVIDADES INTEGRADAS, DATAS COMEMORATIVAS, CARTAZES DE ALFABETO E NUMERAIS, CONTOS CLÁSSICOS. ESPIRAL EM PVC. DIMENSÃO (L X A) 31 X 22,5 CM, CAPA CARTÃO 300G, OFFSET 120G 4X4 LITERATURA: 4 CONTOS CLÁSSICOS PARA COMPOR O PROJETO DE LEITURA. MATERIAL PARA O PROFESSOR: MESMO PADRÃO GRÁFICO DO ALUNO, ACRESCIDO DE ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS, SUGESTÕES DE ATIVIDADES.	un - unidade	976	489,60	477.849,60
					<b>TOTAL</b>	1.488.669,60

**DA ESCOLHA DO CONTRATADO E VALOR:** As contratações realizadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública seguem obrigatoriamente um regime



regulamentado por Lei, obrigação esta advinda do dispositivo constitucional previsto no **artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988**, o qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer, em regra, mediante processo licitatório, garantindo igualdade de condições a todos os interessados;

A licitação é o meio encontrado pela Constituição Federal para assegurar isonomia, impessoalidade e economicidade na seleção de propostas que melhor atendam às necessidades do Poder Público, permitindo que diferentes pessoas físicas ou jurídicas possam concorrer de forma justa, garantindo à Administração a escolha mais vantajosa;

Todavia, a própria legislação reconhece que há hipóteses em que a competição é inviável, como nos casos de serviços técnicos de natureza singular ou de profissionais do setor artístico e intelectual consagrados pela crítica especializada ou pela opinião pública. O artigo 74 da Lei nº 14.133/2021, , em especial o Art. 74, inc. I, II. e IV, dispõe expressamente:

**“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:  
(...)**

**I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;**

**II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;**

**IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;”**

Portanto os requisitos, acerca da viabilidade de contratação direta de empresa A empresa MAVIE REPRESENTACOES LTDA, CNPJ nº 45.438.565/0001-93, DETÉM A EXCLUSIVIDADE para a comercialização e distribuição o objeto desta inexigibilidade.

Em atendimento ao Art. 74, §1º da lei 14.133/21

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

§1º “Para fins do disposto no inciso I do caput deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica.”.

No presente caso, a inexigibilidade de licitação mostra-se plenamente justificada para a contratação de empresa especializada no fornecimento de sistema apostilado/material didático estruturado, destinado à Educação Infantil (Pré-Escola) e ao 1º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, principalmente por corresponder e atender às especificações da Lei Municipal nº 2.729, de 2 de



dezembro de 2025, que institui a Instrução Fônica como diretriz pedagógica obrigatória para o processo de alfabetização;

Com base em toda documentação e principalmente na carta de exclusividade, entende-se que a empresa é detentora de exclusividade do material objeto do fornecimento;

Nos termos do art. 74, inciso I e § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, a inexigibilidade de licitação fundamenta-se na inviabilidade de competição, tendo em vista que o material didático estruturado selecionado apresenta características técnicas, metodológicas e pedagógicas singulares, alinhadas de forma exclusiva às exigências legais impostas pela Lei Municipal nº 2.729/2025, não sendo encontradas soluções equivalentes no mercado que atendam, de forma integral, aos mesmos pressupostos;

O material didático objeto da contratação foi desenvolvido com base em evidências científicas, o sistema apostilado foi submetido à análise técnica minuciosa por equipe multidisciplinar da Secretaria Municipal de Educação, composta por coordenadores, assessores pedagógicos, diretores e professores da rede municipal, tendo sido constatado que o material atende de forma plena, objetiva e padronizada às exigências legais e pedagógicas, diferentemente de outros materiais analisados, que abordam a Instrução Fônica de maneira implícita, fragmentada ou insuficiente;

A adoção do sistema apostilado estruturado proporciona segurança pedagógica aos docentes, padronização metodológica em toda a rede municipal, fidelidade na implementação da política pública de alfabetização e melhores condições para o alcance dos indicadores educacionais, além de evitar custos indiretos com adaptações pedagógicas, produção de materiais complementares e formações corretivas;

O valor global da contratação é de R\$ 1.488.669,60 (um milhão, quatrocentos e oitenta e oito mil, seiscentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos), o qual contempla todos os custos necessários à execução integral do objeto, incluindo desenvolvimento, produção, fornecimento, logística, entrega e demais encargos incidentes, conforme detalhamento apresentado pela empresa contratada, em observância ao disposto no art. 94, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

Para a formação do preço contratado, foram considerados os custos técnicos e operacionais inerentes ao fornecimento de material didático estruturado exclusivo, bem como os investimentos realizados no desenvolvimento pedagógico do sistema, alinhado à Instrução Fônica e às exigências legais específicas do Município, garantindo a viabilidade da execução contratual e a justa remuneração da contratada;

Registra-se, ainda, que o valor contratado observa os princípios da razoabilidade, economicidade e equilíbrio econômico-financeiro, previstos no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, bem como nos ART's. 10, 23, 54 e 92 da Lei nº 14.133/2021, estando compatível com os padrões de mercado para soluções educacionais estruturadas, exclusivas e baseadas em evidências científicas;

A contratação revela-se vantajosa para a Administração Pública, considerando a abrangência do atendimento a toda a rede municipal de ensino, o impacto direto na qualidade da alfabetização, o cumprimento integral da legislação municipal vigente e a mitigação de riscos administrativos, pedagógicos e legais decorrentes da adoção de materiais inadequados ou não alinhados à Instrução Fônica;

Assim, a escolha do sistema apostilado/material didático estruturado justifica-se pela singularidade técnica e metodológica do objeto, pela exclusividade do fornecedor, pela inviabilidade de competição e pela necessidade de assegurar a implementação efetiva da política municipal de alfabetização instituída pela Lei Municipal nº





2.729/2025, enquadrando-se, portanto, nas hipóteses de inexigibilidade de licitação previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

## **DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **São obrigações da Administração Pública:**

- a) Fiscalizar como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no contrato;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um ou mais representantes especialmente designados, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- c) Prestar as informações e esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas;
- d) Documentar e notificar, por meio de comunicação impressa ou eletrônica, à contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção ou regularização;
- e) Assegurar o acesso dos empregados e representantes da contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar as atividades;
- f) O Município obriga-se, desde já, a cumprir com todas as exigências estabelecidas na proposta e necessidades de produção anexas ao contrato, declarando ainda o CONTRATANTE ter pleno e total conhecimento do conteúdo ali informado.

### **São obrigações do fornecedor contratado:**

- a) A contratação deverá atender integralmente às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, à Lei Municipal nº 2.729/2025, às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), às Diretrizes Curriculares da Rede Municipal de Ensino e às demais normas legais e técnicas aplicáveis, garantindo a plena implementação da Instrução Fônica no processo de alfabetização da Educação Infantil (Pré-Escola) e do 1º ano do Ensino Fundamental;
- b) A contratação será realizada por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, diante da inviabilidade de competição, devidamente comprovada por declaração de exclusividade do fornecedor do material didático estruturado;
- c) O material didático a ser contratado deverá:
  - 1. Ser estruturado, explícito e sistemático, fundamentado em evidências científicas;
  - 2. Estar plenamente alinhado à Instrução Fônica, conforme determinado pela Lei Municipal nº 2.729/2025;
  - 3. Contemplar, de forma organizada e progressiva o desenvolvimento das habilidades preditoras da alfabetização na Educação Infantil, o ensino explícito e sistemático das correspondências entre fonemas e grafemas no 1º ano do Ensino Fundamental;
- d) Estar em conformidade com a BNCC e com o currículo municipal;
- e) Abranger os componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia e Ciências, assegurando a formação integral do estudante;
- f) Apresentar clareza metodológica, sequência didática definida e padronização das práticas pedagógicas em toda a rede municipal;
- g) A entrega do material deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias após a emissão da Nota de Autorização de Despesa;
- h) Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Educação, localizado na Avenida Florianópolis esquina com a Rua Dorvalino Minosso, nº1421, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Campo Novo do Parecis/MT, no horário das 07h00 às 13h00, de segunda a sexta-feira, ou conforme programação definida previamente;



- i) Os materiais deverão ser entregues em embalagens lacradas, em perfeitas condições de uso;
- j) O descarregamento dos materiais será de inteira responsabilidade da Contratada, que deverá disponibilizar pessoal capacitado e em quantidade suficiente;
- k) Não serão aceitos materiais em desacordo com as quantidades, especificações técnicas ou padrões de qualidade exigidos, devendo ser substituídos imediatamente, sem ônus para a Administração;
- l) Os materiais serão recebidos provisoriamente para conferência e, posteriormente, definitivamente, após verificação da conformidade técnica e quantitativa;
- m) Materiais em desacordo com as especificações serão recusados e devolvidos sem custos a administração, cabendo à Contratada providenciar a substituição imediata;
- n) A inexecução total ou parcial, bem como a execução com qualidade inferior à exigida, ensejará aplicação de glosa proporcional no pagamento, sem prejuízo das sanções legais cabíveis;
- o) O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, após a entrega e o atesto do material pelo fiscal do contrato;
- p) A nota fiscal deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e social da Contratada e certidões federal, estadual, municipal, trabalhista e certificado de FGTS;
- q) Serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente;
- r) A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Secretaria Municipal de Educação;
- s) Caberá à Contratante atestar a entrega do objeto, registrar ocorrências e comunicar formalmente quaisquer irregularidades;
- t) A Contratante poderá recusar o recebimento do material que não atenda às especificações estabelecidas;
- u) A Contratada deverá, entre outras obrigações, fornecer integralmente o objeto contratado, conforme quantitativos, prazos e especificações, e ainda;
- v) Arcar com todas as despesas relacionadas à entrega, transporte, substituições, tributos e encargos;
- w) Manter durante toda a vigência contratual as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- x) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros;
- y) Não subcontratar ou transferir o objeto sem prévia autorização formal da Contratante;
- z) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, quaisquer materiais com vícios, defeitos ou inconformidades;
- aa) Executar, às suas expensas, todas as atividades necessárias à correta disponibilização e substituição, bem como proceder à correção de falhas, vícios, inconsistências técnicas ou pedagógicas e eventuais inadequações que possam comprometer a utilização regular do objeto;
- bb) Responder civilmente por danos, prejuízos ou perdas causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de defeitos, falhas, inconsistências pedagógicas ou omissões na execução das obrigações que lhe incumbirem, desde que comprovado dolo ou culpa;
- cc) Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas, disponibilizando a Administração, sempre que solicitado, a documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e demais comprovações necessárias à regularidade contratual;



- dd)** Emitir nota fiscal contendo a identificação completa da empresa, com indicação de banco, agência e número da conta bancária de titularidade da CONTRATADA, para fins de pagamento mediante ordem bancária;
- ee)** Providenciar, tempestivamente, a correção de eventuais inconsistências, erros ou irregularidades verificadas na nota fiscal. Em caso de devolução, o prazo para pagamento será contado a partir da data de reapresentação do documento devidamente regularizado;
- ff)** Abster-se de promover qualquer alteração unilateral nos conteúdos, materiais, metodologias, funcionalidades ou demais elementos que comprometa o objeto contratado, salvo mediante prévia comunicação e autorização formal do CONTRATANTE;
- gg)** Cumprir integralmente as disposições do contrato, observando as diretrizes pedagógicas pactuadas, os prazos estabelecidos e as obrigações assumidas, garantindo a qualidade, a continuidade e a efetividade do material de ensino fornecido à rede municipal;
- hh)** O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a Contratada às sanções previstas nos ART's. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021;
- ii)** O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas nos ART's. 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- jj)** A alteração da estrutura ou finalidade da empresa não ensejará extinção contratual, desde que não comprometa a execução do objeto.

**DA VIGÊNCIA:** O contrato terá prazo de validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação.

**DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado, em parcela única, por meio de Ordem Bancária (OB) emitida em favor do fornecedor, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, após o fornecimento do material mediante apresentação da Nota Fiscal/fatura dos itens/serviços efetivamente entregues, devidamente atestada pelo agente fiscalizador designado para esse fim, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal n. 56/2023.

**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas necessárias para execução do evento serão cobertas com recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária, consignada no orçamento desta Prefeitura:

09.002.12.365.0010.20059.3190000000.15001001000000 - APLICAÇÕES DIRETAS

**DO FUNDAMENTO LEGAL:** Inexigibilidade de Licitação, conforme Art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Campo Novo do Parecis, 15 de janeiro de 2026.

Ratifico a Inexigibilidade do procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e autorizada.

**Edilson Antonio Piaia**  
Prefeito Municipal



**CONTRATO Nº: XX/2026**

## **MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

**TERMO DE CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS E A EMPRESA MAVIE REPRESENTAÇÕES LTDA, ORIGINADO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO NºXX/2025 REFERENTE À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EDUCAÇÃO, COMPOSTO POR LIVROS PARADIDÁTICOS DE APOIO PEDAGÓGICO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO CAMPO NOVO DO PARECIS-MT**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 24.772.287/0001-36, com sede na Avenida Mato Grosso, nº 66 NW, centro, na cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Senhor Sr. EDILSON ANTONIO PIAIA**, brasileiro, casado, inscrito no RG nº 22xxx4 SESP/MS, CPF sob nº 390.xxx.xxx-91, residente e domiciliado na Rua Goiás, 101 -NE, bairro Centro, nesta cidade de Campo Novo do Parecis – MT, e de outro lado.

**CONTRATADA: XXXXXXXXX**, XXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXX, com sede na rua XXXXXXXX, nº XXXX, XXXXXXXXXX, em XXXXXXXXX, neste ato representada pelo **Sr. XXXXXXXX**, brasileiro, portador da cédula de identidade nº XXXXXXXX, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXXXX, n.º XXXXXXXXX, XXXXXX, em XXXXXX.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Este contrato decorre do Processo de Inexigibilidade de **Licitação XXX/2026**, com fulcro no art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e demais documentos constantes do protocolo n.º **XXXX**, via 1DOC.

Todos conjuntamente denominados como Partes, tem entre si justo e contratado, o que mutuamente outorgam, aceitam e assinam convencionados pela Cláusulas e Condições seguintes.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1** Constitui objeto deste contrato a aquisição de sistema apostilado/material didático estruturado, destinado à Educação Infantil (Pré-Escola) e ao 1º ano do Ensino Fundamental, **em cumprimento à Lei Municipal nº 2.729, de 2 de dezembro de 2025**, que institui a Instrução Fônica como diretriz pedagógica obrigatória para o processo de alfabetização na rede municipal;

**1.2** Destaca-se que a oferta de educação de qualidade, enquanto dever constitucional do Município, impõe à Administração Pública a responsabilidade de garantir não apenas a atuação de profissionais qualificados, mas também a disponibilização de materiais pedagógicos adequados e estruturados, em conformidade com as políticas educacionais estabelecidas em lei.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO**



**2.1** O valor total da contratação é de R\$ **1.488.669,60** (um milhão quatrocentos e oitenta e oito mil seiscentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos).

**2.2** O pagamento será efetuado, em parcela única, por meio de Ordem Bancária (OB) emitida em favor do fornecedor, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, após o fornecimento do material mediante apresentação da Nota Fiscal/fatura dos itens/serviços efetivamente entregues, devidamente atestada pelo agente fiscalizador designado para esse fim, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal n. 56/2023.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**3.1** A despesa decorrente deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária: 09.002.12.365.0010.20059.3190000000.15001001000000 - APLICAÇÕES DIRETAS

**3.2** A Contratada deverá manter durante toda a vigência contratual, a plena regularidade fiscal, exigida em Lei.

**3.3** A Nota Fiscal/Fatura deverá ser devidamente atestada pelo fiscal do contratual, antes da sua efetiva liquidação.

**3.4** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras impostas a contratada em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

### **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**4.1** São obrigações da Administração Pública:

- a)** Fiscalizar como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no contrato;
- b)** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um ou mais representantes especialmente designados, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- c)** Prestar as informações e esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas;
- d)** Documentar e notificar, por meio de comunicação impressa ou eletrônica, à contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção ou regularização;
- e)** Assegurar o acesso dos empregados e representantes da contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar as atividades;
- f)** O Município obriga-se, desde já, a cumprir com todas as exigências estabelecidas na proposta e necessidades de produção anexas ao contrato, declarando ainda o CONTRATANTE ter pleno e total conhecimento do conteúdo ali informado.

### **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**5.1** São obrigações do fornecedor contratado:

- a)** A contratação deverá atender integralmente às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, à Lei Municipal nº 2.729/2025, às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), às Diretrizes Curriculares da Rede Municipal de Ensino e às demais normas legais e técnicas aplicáveis, garantindo a plena implementação da Instrução Fônica no processo de alfabetização da Educação Infantil (Pré-Escola) e do 1º ano do Ensino Fundamental;
- b)** A contratação será realizada por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, diante da inviabilidade de competição, devidamente comprovada por declaração de exclusividade do fornecedor do material didático estruturado;



**c)** O material didático a ser contratado deverá:

- 1.** Ser estruturado, explícito e sistemático, fundamentado em evidências científicas;
  - 2.** Estar plenamente alinhado à Instrução Fônica, conforme determinado pela Lei Municipal nº 2.729/2025;
  - 3.** Contemplar, de forma organizada e progressiva o desenvolvimento das habilidades preditoras da alfabetização na Educação Infantil, o ensino explícito e sistemático das correspondências entre fonemas e grafemas no 1º ano do Ensino Fundamental;
- d)** Estar em conformidade com a BNCC e com o currículo municipal;
- e)** Abranger os componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia e Ciências, assegurando a formação integral do estudante;
- f)** Apresentar clareza metodológica, sequência didática definida e padronização das práticas pedagógicas em toda a rede municipal;
- g)** A entrega do material deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias após a emissão da Nota de Autorização de Despesa;
- h)** Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Educação, localizado na Avenida Florianópolis esquina com a Rua Dorvalino Minosso, nº1421, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Campo Novo do Parecis/MT, no horário das 07h00 às 13h00, de segunda a sexta-feira, ou conforme programação definida previamente;
- i)** Os materiais deverão ser entregues em embalagens lacradas, em perfeitas condições de uso;
- j)** O descarregamento dos materiais será de inteira responsabilidade da Contratada, que deverá disponibilizar pessoal capacitado e em quantidade suficiente;
- k)** Não serão aceitos materiais em desacordo com as quantidades, especificações técnicas ou padrões de qualidade exigidos, devendo ser substituídos imediatamente, sem ônus para a Administração;
- l)** Os materiais serão recebidos provisoriamente para conferência e, posteriormente, definitivamente, após verificação da conformidade técnica e quantitativa;
- m)** Materiais em desacordo com as especificações serão recusados e devolvidos sem custos a administração, cabendo à Contratada providenciar a substituição imediata;
- n)** A inexecução total ou parcial, bem como a execução com qualidade inferior à exigida, ensejará aplicação de glosa proporcional no pagamento, sem prejuízo das sanções legais cabíveis;
- o)** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, após a entrega e o atesto do material pelo fiscal do contrato;
- p)** A nota fiscal deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e social da Contratada e certidões federal, estadual, municipal, trabalhista e certificado de FGTS;
- q)** Serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente;
- r)** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Secretaria Municipal de Educação;
- s)** Caberá à Contratante atestar a entrega do objeto, registrar ocorrências e comunicar formalmente quaisquer irregularidades;
- t)** A Contratante poderá recusar o recebimento do material que não atenda às especificações estabelecidas;
- u)** A Contratada deverá, entre outras obrigações, fornecer integralmente o objeto contratado, conforme quantitativos, prazos e especificações, e ainda;
- v)** Arcar com todas as despesas relacionadas à entrega, transporte, substituições, tributos e encargos;



- w)** Manter durante toda a vigência contratual as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- x)** Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros;
- y)** Não subcontratar ou transferir o objeto sem prévia autorização formal da Contratante;
- z)** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, quaisquer materiais com vícios, defeitos ou inconformidades;
- aa)** Executar, às suas expensas, todas as atividades necessárias à correta disponibilização e substituição, bem como proceder à correção de falhas, vícios, inconsistências técnicas ou pedagógicas e eventuais inadequações que possam comprometer a utilização regular do objeto;
- bb)** Responder civilmente por danos, prejuízos ou perdas causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de defeitos, falhas, inconsistências pedagógicas ou omissões na execução das obrigações que lhe incumbirem, desde que comprovado dolo ou culpa;
- cc)** Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas, disponibilizando a Administração, sempre que solicitado, a documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e demais comprovações necessárias à regularidade contratual;
- dd)** Emitir nota fiscal contendo a identificação completa da empresa, com indicação de banco, agência e número da conta bancária de titularidade da CONTRATADA, para fins de pagamento mediante ordem bancária;
- ee)** Providenciar, tempestivamente, a correção de eventuais inconsistências, erros ou irregularidades verificadas na nota fiscal. Em caso de devolução, o prazo para pagamento será contado a partir da data de reapresentação do documento devidamente regularizado;
- ff)** Abster-se de promover qualquer alteração unilateral nos conteúdos, materiais, metodologias, funcionalidades ou demais elementos que comprometa o objeto contratado, salvo mediante prévia comunicação e autorização formal do CONTRATANTE;
- gg)** Cumprir integralmente as disposições do contrato, observando as diretrizes pedagógicas pactuadas, os prazos estabelecidos e as obrigações assumidas, garantindo a qualidade, a continuidade e a efetividade do material de ensino fornecido à rede municipal;
- hh)** O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a Contratada às sanções previstas nos ART's. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021;
- ii)** O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas nos ART's. 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- jj)** A alteração da estrutura ou finalidade da empresa não ensejará extinção contratual, desde que não comprometa a execução do objeto.

## **CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA**

**6.1** O contrato terá prazo de validade de 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação em Diário Oficial.

**6.2** O prazo de vigência poderá ser prorrogado, nos termos do art. 105 á 107 da Lei nº 14.133/2021, independentemente de Termo Aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da Contratada, previstas neste instrumento.

**6.3** A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.



**6.4** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de Termo Aditivo.

**6.5** Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

**6.6** O Contrato não poderá ser prorrogado quando a Contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO**

**7.1** Poderá haver rescisão do contrato nas seguintes hipóteses:

**I** - Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE quando não cumpridas pela CONTRATADA às cláusulas contratuais aqui estabelecidas ou quando seu cumprimento se der do modo irregular;

**II** - Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

**III** - Judicial, nos termos da legislação vigente.

### **CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO**

**8.1** A contratação deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**8.2** O instrumento ficará sob a responsabilidade de um Gestor de Contrato e por um Fiscal de Contrato cujas atribuições são relativas à execução do objeto contratual, conforme estabelecido no Decreto Municipal 56/2023.

**8.3** Os agentes fiscalizadores serão designado pela secretaria solicitante.

**8.4** Após a Nota de Autorização de Despesa será elaborado o plano de fiscalização do mesmo, conforme as estratégias de execução do serviço em consonância ao Decreto Municipal 56/2023.

**8.5** A execução da contratação deverá ser acompanhado e fiscalizado por meio de instrumentos de controle, que compreendam, quando for o caso, a mensuração dos seguintes aspectos:

**a)** Os resultados alcançados em relação a contratação, com a verificação dos prazos de fornecimento e da qualidade demandada;

**b)** Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigida, quando se tratar de contrato com dedicação exclusiva de mão de obra;

**c)** A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

**d)** A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

**e)** O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e a satisfação do público usuário, quando cabível.

**8.5.1** O fiscal da contratação deverá verificar ainda os impactos sobre o pagamento, nas situações em que a contratada:

**a)** Não produzir os resultados, deixar de fornecer, ou não fornecer com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

**b)** Deixar de utilizar materiais e recursos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**8.5.2** O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas,





ensinará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Edital e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

**8.6** O serviço será recebido provisoriamente em 05 (cinco) dias, e para tanto deverá observar se o produto/serviços está condizente com a fatura, com as informações do contrato, ou documento equivalente, com a Nota de Empenho, assim como observar se o serviço está sendo entregue em perfeitas condições de consumo e dentro das especificações contratadas.

**8.7** O fiscal deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**8.8** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.133, de 2021.

**8.9** As notificações serão comunicadas preferencialmente por meio de endereço eletrônico da contratada, devendo a contratada informar em seus documentos as informações necessárias para tanto, e eventualmente mediante ofício de forma presencial.

#### **CLÁUSULA NONA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1** Comete infração administrativa a licitante que cometer, por dolo ou culpa, quaisquer das infrações previstas na Lei Federal n. 14.133/2021, quais sejam:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**9.2** A licitante/contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções mencionadas abaixo, de acordo com a Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021:

- a) Advertência;
- b) Multa Moratória;
- c) Multa Compensatória;
- d) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;



e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

**9.2.1** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a administração pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**9.4** O processo de aplicação das penalidades previstas acima respeitará o devido processo legal e a ampla defesa da licitante/contratada e tramitará de acordo com o Decreto Municipal n. 56/2023.

**9.5** Aplicar-se-á a advertência como instrumento de diálogo e correção de conduta ensejadora de infração administrativa, da qual não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, dentre elas:

- a) Descumprimento de pequena relevância de obrigação legal ou infração a lei, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
- b) Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

**9.6** A sanção de **multa compensatória** será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021, calculada na forma prevista no edital ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

a) de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor contratado, para aquele que:

- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, previsto no art. 155, IV da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;
- c) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, previsto no art. 155, V da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

**9.6.1** de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

- a) recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, previsto no art. 155, VI da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

**9.6.2** de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada/inadimplente, em caso de:

- a) Inexecução parcial do contrato previsto no art. 155, I da lei federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021, desde que não seja enquadrada em pequena relevância, previsto no art. 6º do Decreto Municipal 56/2023;
- b) Inércia do fornecedor/contratado ou reincidência na inexecução parcial do contrato enquadrada em pequena relevância, previsto no art. 8º do Decreto Municipal 056/23;



**9.6.3** - de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total do contrato, previsto no art. 155, III da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

**9.6.4** - de 20% (vinte por cento) a 30% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

- a)** Apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, previsto no art. 155, VIII da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;
- b)** Fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato, previsto no art. 155, IX da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;
- c)** Comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza, previsto no art. 155, X da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;
- d)** Prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, previsto no art. 155, XI da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;
- e)** Prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, previsto no art. 155, XII da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;
- f)** Entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- g)** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, previsto no art. 155, II da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

**9.7 A multa moratória** é a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor/contratado que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, tal qual solicitado, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

**9.7.1** - 0,2% (dois décimos percentuais) por dia de atraso, sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato, até 10 (dez) dias de atraso;

**9.7.2** - 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro dia) até o 20º (vigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

**9.7.3** - 0,5% (cinco décimos percentuais) por dia de atraso a partir do 21º (vigésimo primeiro) até o 30º (trigésimo dia) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

**9.7.4** - Após o 30º (trigésimo) dia de atraso, será analisada as justificativas apresentadas pelo fornecedor/contratado e avaliado se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la, conforme art. 137 e seguintes da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

**9.7.5** Constatado o atraso na entrega de bens ou na execução de serviços, o gestor do contrato, auxiliado pelo fiscal do contrato e áreas técnicas deverá iniciar os procedimentos para abertura de processo administrativo punitivo, que deverá observar os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**9.8** Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, direta ou indireta, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

**a)** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:

**a.1)** Pena - impedimento pelo período de um ano até dois anos.



- b) Dar causa à inexecução total do contrato:
- b.1) Pena - impedimento pelo período de um ano até três anos.
- c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame:
- c.1) Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.
- d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado:
- d.1) Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.
- e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:
- e.1) Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- f.1) Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.
- g) Reincidência na sanção de advertência dentro do prazo de 12 (doze) meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração Pública Municipal:
- g.1) Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.
- h) Promover a alteração da quantidade ou qualidade dos serviços prestados ou obra executada de forma unilateral.
- h.1) Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.
- 9.9** As penalidades descritas no *caput* do presente artigo se aplicam também nos casos em que o instrumento que vincula as partes seja Ata de Registro de Preços/Contrato, ou instrumento equivalente;
- 9.9.1** A pena de suspensão poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de multa, conforme art. 529, §2º do Decreto Municipal 056/23.
- 9.9.2** A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal não será cabível quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando então será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade.
- 9.10** A aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, acarretará a rescisão contratual prevista no art. 137 e seguintes da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021 e art. 604 do Decreto Municipal 056/23.
- 9.11** O impedimento não atinge outros Contratos/Atas de Registro de Preços que estejam vigentes com o fornecedor/contratado penalizado, desde que não tenham relação com a execução do contrato que deu origem à sanção.
- 9.12** A penalidade de impedimento de licitar e contratar aplicada ao fornecedor/contratado estende-se às pessoas jurídicas que possuam objeto social similar e das quais sejam participantes um ou mais sócios que compõem o quadro societário da empresa penalizada, ou quando, pelas circunstâncias do caso e pelos elementos probatórios, restar comprovado que a pessoa jurídica foi constituída com o fim de frustrar os efeitos da penalidade aplicada.
- a) Para os fins do disposto pelo *caput*, é lícito à autoridade competente valer-se do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, conforme previsto pelo art. 160 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.
- 9.13** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar será aplicada ao fornecedor/contratado responsável pelas infrações administrativas abaixo descritas, bem como pelas infrações administrativas previstas no *caput* do art. 537 deste Título que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção nele referida, e o impedirá de licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os seguintes parâmetros:



- a) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:
- a.1) Pena - de três anos até quatro anos.
- b) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:
- b.1) Pena - de três anos até seis anos.
- c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:
- c.1) Pena - de três anos até seis anos.
- d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação:
- d.1) Pena - de três anos até cinco anos.
- e) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 01 de agosto de 2013:
- e.1) Pena - de três anos até seis anos.
- 9.14** A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar deve ser precedida de análise jurídica.
- 9.15** A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa compensatória cumulativamente à sanção mais grave.
- 9.16** A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar aplicada ao fornecedor/contratado estende-se às pessoas jurídicas que possuam objeto social similar e das quais sejam participantes um ou mais sócios que compõem o quadro societário da empresa penalizada, ou quando, pelas circunstâncias do caso e pelos elementos probatórios, restar comprovado que a pessoa jurídica foi constituída com o fim de frustrar os efeitos da penalidade aplicada.
- a) Para os fins do disposto pelo *caput*, é lícito à autoridade competente valer-se do instituto da desconsideração da personalidade jurídica;
- 9.17** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções acima, com exceção à advertência, demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por uma Comissão Especial, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante/contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, conforme Decreto Municipal 56/2023.
- 9.18** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade competente que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar, encaminhará o recurso com sua motivação à Autoridade Superior, que deverá proferir sua decisão, conforme Decreto Municipal 56/2023.
- 9.19** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 9.20** A aplicação das sanções previstas no itens acima admitem a reabilitação da licitante/contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos e poderá ser requerida pela parte, quando couber:
- a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) Pagamento da multa;
- c) Transcurso do prazo mínimo de um ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de três anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.





## **CLÁUSULA DÉCIMA - DA PROTEÇÃO DE DADOS**

**10.1** É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**10.2** Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

**10.2.1.** O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, e entre esta e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores.

**10.3.** Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, deterá acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei nº 13.709/2018.

**10.4** A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

**10.5** A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

**10.5.1** A comunicação não exime a CONTRATADA das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.

**10.6** O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE**

**11.1** Os valores inicialmente contratados são fixos e irredutíveis.

**11.2** Em caso de eventual necessidade, os preços dos materiais, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, da apresentação da proposta ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados com base na média dos índices IPCA, IGP-M, INPC e IPC-DI.

**11.3** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**11.4** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, às partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

**11.5** Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da Contratada.

**11.6** Também ocorrerão à preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois da prorrogação contratual e extinção do contrato.



**11.7** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS**

**12.1** Deverão ser observadas as OBRIGAÇÕES DAS PARTES de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e demais documentos que fazem parte do processo.

**12.2** A despesa decorrente do objeto deste contrato correrá às expensas do orçamento dos Órgãos que aderirem o contrato, sendo que na ocasião da formalização de contrato ou instrumento equivalente, serão informadas as fichas correspondentes e respectivos vínculos.

**12.3** Eventual alteração do contrato deverá obedecer ao que está estabelecido no Edital que consta nos documentos.

**12.4** Imcumbirá à Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**12.5** As partes elegem o Foro de Campo Novo do Parecis/MT para dirimir qualquer dúvida que possa advir da execução do contrato.

E por estarem plenamente justas e contratadas, assinam as partes este instrumento, em duas vias de igual teor e forma, diante de duas testemunhas, para que produza os efeitos de Lei.

XXXXXXXXXXXXXXXXX (MT), XXXXX de XXXXXXXXXXXX de 2026.

---

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Gestor do Executivo/Prefeito Municipal

---

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CONTRATADO



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0794-3270-A616-7992

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



EDILSON ANTONIO PIAIA (CPF 390.XXX.XXX-91) em 15/01/2026 16:00:35 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



EDILSON ANTONIO PIAIA (CPF 390.XXX.XXX-91) em 15/01/2026 16:02:20 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Esta versão de verificação foi gerada em 15/01/2026 às 17:02 e assinada digitalmente pela 1Doc para garantir sua autenticidade e inviolabilidade com o documento que foi assinado pelas partes através da plataforma 1Doc, que poderá ser conferido por meio do seguinte link:

<https://camponovodoparecis.1doc.com.br/verificacao/0794-3270-A616-7992>